

**JUAN VIANA FARALDO**

**O ABRIGO E O REPENSAR DO DIREITO À CONVIVÊNCIA  
FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO**

**OSASCO – SP**

**2008**

**JUAN VIANA FARALDO**

**O ABRIGO E O REPENSAR DO DIREITO À CONVIVÊNCIA  
FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da UNIFIEO – Centro Universitário FIEO, para obtenção do título de Mestre em Psicologia Educacional, tendo como área de concentração Ensino e Aprendizagem, inserido na linha de pesquisa Ensino e Aprendizagem no Contexto Social e Político, sob a orientação do Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto.

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO**

**OSASCO – SP**

**2008**

Catálogo da Publicação

Biblioteca do Centro Universitário FIEO

Autor: *Juan Viana Faraldo*

Título: *O abrigo e o repensar do direito à convivência familiar  
e comunitária*

158 páginas

Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional

Centro Universitário FIEO

Osasco – 2008

1. Psicologia – 2. Educação – 3. História Social

**Título: O abrigo e o repensar do direito à convivência familiar e comunitária**

**Autor: Juan Viana Faraldo**

**Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_**

**Banca examinadora:**

---

**Orientador: Professor Doutor João Clemente de Souza Neto**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Márcia Siqueira de Andrade**

---

**Prof. Dr. Roberto da Silva**

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas e instituições fazem parte da história desta pesquisa e, sendo impossível listá-las todas aqui, gostaria que soubessem da minha gratidão e que jamais serão esquecidas.

Ao corpo administrativo e ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Educacional do UNIFIEO, em especial, ao Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto, por sua disponibilidade e paciência na atividade acadêmica e também pelas discussões que impulsionaram meu interesse pelas abordagens em pesquisa.

Àqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa em especial a Deus, pela fé e força de vontade, a quem procurei nos momentos difíceis.

À minha esposa Christiane Helena de Borba Faraldo, que muito me apoiou no trabalho e, em especial, à minha filha Lígia de Borba Faraldo.

As professoras doutoras Márcia Siqueira de Andrade, Maria de Lourdes Manzini Covre, Maria Elisa Mattos Pires Ferreira, Maria Luiza Puglisi P. Munhoz, Maria Laura Barbosa Franco, que me instigaram na busca pelo saber científico.

A S.E.E. (Secretaria de Estado da Educação - SP) pela bolsa de estudos concedida nesta minha etapa na busca do saber científico.

Por fim, às crianças e adolescentes que indiretamente participaram na elaboração deste trabalho, com contribuição de algumas horas de suas vidas no incremento de idéias para novos caminhos.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO .....   | 10  |
| CAPÍTULO 1:  |     |
| BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL ..... | 21  |
| 1. SITUANDO A TEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....         | 21  |
| 2. SISTEMA DA RODA DOS EXPOSTOS .....                            | 24  |
| 3. REORDENAMENTO JURÍDICO E INSTITUCIONAL .....                  | 28  |
| CAPÍTULO 2:  |     |
| VULNERABILIDADE FAMILIAR E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS .....       | 35  |
| 1. POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL .....                        | 35  |
| 1.1 CONTEXTUALIZANDO VULNERABILIDADE SOCIAL .....                | 42  |
| 1.2 MAUSTRATOS INTRAFAMILIARES E AMPARO SOCIAL .....             | 51  |
| 1.3 CONCEITO DE PRIVAÇÃO .....                                   | 65  |
| 2. PRÁTICA ANTI-SOCIAL E SOCIALIZAÇÃO SAUDÁVEL .....             | 70  |
| 3. FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA .....                               | 77  |
| 3.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SUJEITO E FAMÍLIA .....               | 80  |
| 3.2 CONCEPÇÃO DE ABRIGO .....                                    | 84  |
| 4. APRENDIZAGEM HUMANA E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO .....           | 90  |
| CAPÍTULO 3:  |     |
| ASPECTOS TÉCNICOS DO ABRIGO .....                                | 99  |
| 1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ABRIGO .....                   | 99  |
| 2. ENCONTRO COM O OBJETO .....                                   | 111 |
| 3. ESPAÇO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS .....            | 114 |
| 4. COTIDIANO E AUTONOMIA INSTITUCIONAL .....                     | 116 |
| CAPÍTULO 4:  |     |
| ANÁLISE DA CATEGORIA .....                                       | 131 |
| 1. O ABRIGO COMO UM AMBIENTE SAUDÁVEL .....                      | 131 |
| 2. REDE DE ATENDIMENTO .....                                     | 143 |
| CAPÍTULO 5:  |     |
| TENTATIVA DE CONCLUSÃO .....                                     | 147 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                 | 152 |

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico n° 01 – Brasil - Crianças e Adolescentes Abridados por Faixa Etária, segundo Cor, pg. 79

Tabela n° 01 – Dados das Crianças e Adolescentes Acolhidos na Instituição “Casa Esperança”, pg. 118

Figura n° 01 – Desenho de Acolhido I: “Análise de Família”, pg. 120

Figura n° 02 – Desenho de Acolhido II: “Análise de Família”, pg. 121

Gráfico n° 02 – Brasil - Crianças e Adolescentes Abridados, segundo Vínculo Familiar, pg. 128

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AASPTJ/SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.  
ABMP – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.  
CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
CECRIA – Centro de Referência para Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.  
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos na Adolescência.  
CRAMI – Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus tratos na Infância.  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.  
CEDEC – Centro De Estudos de Cultura Contemporânea.  
CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – São Paulo.  
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil.  
EMEF – Escola Municipal de Educação Fundamental.  
FEBEM – Fundação Estadual de Bem-estar do Menor.  
FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação.  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-estar do Menor.  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.  
IEE – Instituto de Estudos Especiais.  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.  
INCOR – Instituto do Coração.  
LACRI – Laboratório da Criança.  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.  
LOM – Lei Orgânica Municipal.  
NCA/PUC-SP – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.  
ONG – Organização Não Governamental.  
ONU – Organização das Nações Unidas.  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  
SAC – Rede de Serviço de Ação Continuada.  
SCIELLO – Scientific Electronic Library Online.  
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo.  
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.  
SIF – Situação da Infância Brasileira.  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.



## RESUMO

Esta pesquisa trata de aspectos relacionados ao abrigo. Como este pode ser um ambiente saudável para a criança e o adolescente vitimizados. Buscamos conhecer o processo relacional de como os cuidadores sociais estabelecem vínculos saudáveis com os acolhidos, por meio das diferentes atividades desenvolvidas no cotidiano da entidade. A partir de uma revisão da literatura sobre a instituição abrigo e da consideração deste como contexto de desenvolvimento, apresentamos aqui um estudo empírico. Ressaltamos a importância do estudo, no fato de se procurar entender como a instituição abrigo pode influenciar as crianças e os adolescentes no desenvolvimento da autonomia que é condição *sine qua nom* para o exercício da cidadania, contribuindo, dessa forma, para a própria construção da sociedade. Acreditamos que o abrigo é uma medida excepcional, pois, antes de se recorrer a ele, todos os esforços devem ser tentados no sentido de se manter o adolescente na família e na comunidade, garantir seus direitos sociais básicos e prevenir sua institucionalização. O abrigo também deve ser pensado como uma medida provisória e se constituir em alternativa de uma moradia digna, onde os acolhidos possam ter uma vida diária semelhante à da esfera familiar. O interesse em pesquisar crianças e adolescentes vitimizados na família partiu de nossa prática pedagógica quando constatamos que essa situação repercute no processo de ensino e aprendizagem. A instituição abrigo representa vários aspectos positivos em relação aos acolhidos, no tocante a ampliação de oportunidades. Os resultados do trabalho indicam a presença de características disfuncionais nas famílias, ou seja, situações de vulnerabilidade, como baixa coesão e desequilíbrio de poder, e de fatores de risco numerosos e expressivos, sobrepondo-se aos de proteção. Dessa forma, destaca-se a necessidade de trabalhos de capacitação com os profissionais dos abrigos, tendo em vista sua importância para as crianças e os adolescentes acolhidos, e também, de políticas de planejamento e acompanhamento dos processos de reinserção familiar para que estas relações possam ocorrer de forma satisfatória.

Palavras - chave: Abrigo; Maus-tratos; Acolhimento; Pop. Infante-juvenil.

## **ABSTRACT**

This research deals with aspects under. How this can be a heart healthy for the child and adolescent victimised. We capture the process of how the relational caregivers social establish ties with the healthy hosted by means of various activities developed in the daily life of the entity.

We emphasize the importance of the study, in fact seek to understand how the institution can influence children and adolescents, defining the success of these in relation to their independence, fundamental basis for humans exert its true citizenship, contributing thus to the actual construction of society. We believe that the shelter is an exceptional measure, therefore, before they resort to it, every effort must be tempted, in order to keep the teenager in the family and the community, ensuring their basic social rights and prevent its institutionalization.

The interest in the research shows us, as the first decisive question, the fact is the institution under one of the ways to enable those subjects alternatives to overcome the handicap of being in a shelter. Therefore, the shelter must also be thought of as an interim measure and that an alternative form of a dignified housing where hosted can have a daily similar to the family sphere. The interest in researching children and adolescents victimised left of our pedagogical practice, when I found the problem in educational establishments. We then to the place where they had been subjected inserted in shelters.

The institution under represents several positive aspects in relation to upheld with respect to the cultural life and the courses involved, I noticed that, even with the breaking of ties, keep an idealized image of the institution ahead to the situation they lived.

Words-key: Homeless; Ill-treatment; Home; Pop Infanto-youth.